

# PAUTA DO PLENÁRIO

**TERÇA-FEIRA – 21 DE MAIO**

**Sessão Solene**

( **NÃO Deliberativa** ) - **A partir das 09 horas**

Objeto da Sessão:

**HOMENAGEM À CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL**

**TERÇA-FEIRA – 21 DE MAIO**

**Sessão Ordinária**

( **Deliberativa** ) - **A partir das 14 horas**

PAUTA:

**I. Requerimento nº 5.079/16**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 239, de 2007, do Senado Federal, que "altera os §§ 3º e 4º do art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o furto de energia e sinais"**.

**II. Requerimento nº 9.231/18**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 191, de 2015, do Senado Federal, que altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para explicitar a incidência do**

**Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre o monitoramento e rastreamento de veículos e carga.**

**III. Requerimento nº 319/19**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2019, do Sr. Heitor Schuch, que susta o Decreto nº 9.642/2018, que "Altera o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, para dispor sobre a redução gradativa dos descontos concedidos em tarifa de uso do sistema de distribuição e tarifa de energia elétrica"**.

**IV. Requerimento nº 964/19**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, **urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.337, de 2019, da Sra. Rose Modesto, que altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, com a finalidade de criar mecanismos para dar maior efetividade ao cumprimento de medidas protetivas de urgência que determinem o afastamento físico entre agressor e vítima nos casos de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.**

**V. Requerimento nº 389/2019**, do Sr. Sérgio Vidigal, **que requer a instalação de Comissão Temporária Externa destinada a fazer levantamento in loco, bem como acompanhar e fiscalizar os planos de trabalho, obras realizadas, intervenções futuras, investimentos, obrigações e direitos adquiridos pela Concessionária ECO 101, que administra o trecho da BR-101 que passa pelo Estado do Espírito Santo.**

URGÊNCIA: Discussão

## **1 - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 863, DE 2018** (DO PODER EXECUTIVO)

**Continuação da discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 863, de 2018, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.**

## **2 - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 865, DE 2018** (DO PODER EXECUTIVO)

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 865, de 2018, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, no valor de R\$ 225.710.000,00, para os fins que especifica.**

### **3 - MEDIDA PROVISÓRIA N° 866, DE 2018**

(DO PODER EXECUTIVO)

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória n° 866, de 2018, que autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.**

### **4 - MEDIDA PROVISÓRIA N° 867, DE 2018**

(DO PODER EXECUTIVO)

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória n° 867, de 2018, que altera a Lei n° 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão do prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental.**

### **5 - MEDIDA PROVISÓRIA N° 868, DE 2018**

(DO PODER EXECUTIVO)

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória n° 868, de 2018, que atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei n° 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento; a Lei n° 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos; a Lei n° 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; e a Lei n° 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.**

### **6 - MEDIDA PROVISÓRIA N° 869, DE 2018**

(DO PODER EXECUTIVO)

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória n° 869, de 2018, que altera a Lei n° 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e dá outras providências.**

### **7 - MEDIDA PROVISÓRIA N° 870, DE 2019**

(DO PODER EXECUTIVO)

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória n° 870, de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.**

## **8 - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 871, DE 2019** (DO PODER EXECUTIVO)

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 871, de 2019, que institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade, e dá outras providências.**

## **9 - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 872, DE 2019** (DO PODER EXECUTIVO)

**Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 872, de 2019, que altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, para prorrogar o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.**

**URGÊNCIA: Discussão**

## **10 - PROJETO DE LEI Nº 9.617-B, DE 2018** (DO SENADO FEDERAL)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 9.617-B, de 2018, que institui a gestão compartilhada, destinada ao acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras, da prestação de serviços públicos e da aquisição de materiais e equipamentos, por grupos de cidadãos organizados em aplicativos agregadores disponíveis na internet ou na telefonia celular.**

## **11 - PROJETO DE LEI Nº 7.223-B, DE 2006** (DO SENADO FEDERAL)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7.223-B, de 2006, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, e a Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003, para criar o regime penitenciário de segurança máxima.**

**URGÊNCIA: Votação**

**12 - PROJETO DE LEI Nº 1.292-C, DE 1995**  
(DO SENADO FEDERAL)

**Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.292-C, de 1995, que altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.**

---

Atenciosamente,  
**Cilson Jean de Souza**  
Chefe de Gabinete